

“OS IMPERATIVOS EDUCATIVOS DA GLOBALIZAÇÃO. PROBLEMAS E DESEQUILÍBRIOS”

Ernesto Candeias Martins

(Subdirector da ESE de Castelo Branco)

Resumo/Abstract

No contexto social do conhecimento e da comunicação, a escola deverá abrir-se às prioridades da sociedade actual, redefinindo as suas relações com os agentes sociais e educativos e, simultaneamente democratizando os circuitos de acesso à informação. Esta estratégia de coesão social, cultural e educativa permitirá uma melhor qualidade do ensino. De facto a globalização e a mundialização são desafios para a educação, sendo o acesso às redes uma garantia de qualidade. O autor reflecte sobre o contexto e a evolução da globalização actual, impregnada pelo surgimento das novas tecnologias e por uma maior exigência nas competências científicas e económicas.

*Queria mudar o mundo, mas descobri que a única
coisa que podia mudar era a mim próprio.*

A. Huxley

0. Neste alvor do novo milénio assistimos a um profundo processo de transformação social, cultural, económica e educativa, do qual o homem é um participante activo. Dessas conjunturas vão surgindo novos discursos e modelos de organização social, económica e política, que pretendem provocar modificações nas instituições responsáveis pela coesão social (crise do estado de bem-estar social), nas relações económicas com a sociedade (mercado de trabalho, desemprego, oscilações nos valores da bolsa, aumento do preço do barril de petróleo e da energia,...), na constituição da identidade individual e colectiva (crise do sujeito, interculturalidade e multiculturalidade), etc.

O novo cenário resultante é, para alguns analistas intelectuais, originado pela dimensão da sociedade ‘post-industrial’ (Touraine), ‘post-moderna’ (Lyotard) e, fundamentalmente, por uma nova organização social em que o ‘conhecimento’ e a ‘informação’ submetem para segundo plano as variáveis geradoras e distribuidoras de poder na sociedade, como eram a riqueza dos recursos naturais, a força, o capital, etc.

O binómio ‘conhecimento’ e ‘informação’ tem uma potencialidade democratizadora, mas deverá ser controlado por uma vertente ética de finalidade e de

proveito humano na produção, no acesso e na distribuição. As novas tecnologias abriram uma certa fissura entre os países mais desenvolvidos e os mais pobres, originando questões éticas que exigem uma reformulação dos códigos éticos e jurídicos, mesmo reconhecendo alguns dos benefícios da sua intervenção educativa (Elliot, 1993; Fullan, 1993; Vázquez, 1993: 216-222).

O paradigma educativo que se avizinha, criado pelo desenvolvimento das novas tecnologias e telemáticas, leva-nos a interrogar pelo seu impacto nos valores da sociedade e na configuração do homem. Como formador preocupa-me esta cibernética da informação tecnológica e, principalmente, como o sistema educativo educa alunos para dirigirem e orientarem os futuros processos sociais e culturais, sem se deixarem arrastar por eles, numa sociedade democrática, cujo projecto é o de uma educação para a compreensão, para a solidariedade e para a isenção de discriminações. A esta questão associamos uma outra referida ao ‘como’ fazer entrar no processo de mudança esse conjunto de ideias, funções e serviços que designamos por ‘sistema educativo’.

O ideal da escola será o de proporcionar uma formação integral do indivíduo, capacitando-o e preparando-o para exercer de modo crítico e responsável o seu papel na sociedade pluralista, com sentido da liberdade, de tolerância, de paz e de civismo participativo.

Nunca fizemos tantas perguntas sobre o ‘quê’, o ‘como’, o ‘onde’ e o ‘para quê’ do sentido da educação na sociedade da informação (Barata, 1992: 31-35). A preocupação dos educadores reside no modo como devem ensinar hoje os educandos para essas mudanças previsíveis no futuro. Na verdade, vivemos numa era de interculturalidade da vida humana, surgindo pouco a pouco a primeira geração planetária (Martins, 1997: 301 ss).

A globalização deixou de ser um sonho dos fundamentalistas tecnocratas, já que aquele fenómeno social e cultural depositou-se em todas as culturas, originando uma cultura planetária proveniente do acesso às redes de informação. De facto, o tríptico ‘ciência, tecnologia e economia’ fez mudar as estruturas da sociedade, os sistemas educativos e os meios de comunicação social, proporcionando um tipo de cultura de massas e uma informação universal. Os professores serão uns ‘missionários’ desse tríptico, ao desejarem que a educação seja o veículo privilegiado para o desenvolvimento responsável dos alunos na sociedade democrática (Castells, 1996: 13-29; Touriñan, 1999a: 10-18; Wallach & Sforza, 1999).

Todos nos lembramos do ‘Ano Europeu da Educação e da Formação Permanente’ (1996), declarado num contexto sócio-económico peculiar (recessão económica, lançamento da política social do ‘estado de bem-estar’ nos países desenvolvidos), do reconhecimento da UNESCO (1995) e do papel fundamental do

ensino superior, propondo como solução um pacto académico que permitisse o desenvolvimento humano sustentável¹.

Na realidade, o mundo desenvolve-se numa tríade de acontecimentos relevantes: o da sociedade da informação, o da mundialização/globalização e o progresso e civilização científico-técnica. Nós, os educadores e formadores de professores, pretendemos que se revalorize a cultura geral para qualquer tipo de formação, que se desenvolvam as aptidões para o trabalho em todos os níveis de formação (competências no desempenho profissional), e visamos uma axiologia comportamental com repercursão nas atitudes, na convivência humana e nas relações pessoais e sociais (Giddens, 2000: 20-38; Touriñan, 1999 b: 45-20).

A estrutura reflexiva do nosso estudo divide-se em dois pontos. O primeiro analisando os fenómenos resultantes da globalização e mundialização e o modo de participação nas redes de informação nessa nova organização social que pretende originar a qualidade da educação e ensino. Em segundo lugar, apresentamos algumas perspectivas de reflexão sobre o impacto da sociedade da informação na educação, na escola e nos professores nesse futuro imediato.

Estamos convictos que enfrentaremos as mudanças, dentro de uma nova ordem internacional e/ou mundial, onde a educação se irá unir à educação para a vida (exigência de uma educação contínua em todos os sectores profissionais) e para o domínio das tecnologias da comunicação. Os educadores implementarão políticas apoiadas na criatividade de massas, desde uma cultura da memória e da imagem para uma cultura da criatividade e inovação pedagógica. Este novo cenário obrigará a realizar mudanças nas teorias e nas práticas pedagógicas, nos propósitos da educação (fins), nos currículos, na organização e gestão das escolas, na formação inicial (e contínua) dos professores, nos sistemas de avaliação, na administração, na investigação educacional, etc.

1. O substrato da globalização

Ao falarmos de transformações estruturais (tecnológicas, económicas, políticas, sociais, culturais e educativas) no mundo, teremos obrigatoriamente que nos referir ao processo de globalização. Este termo não é sinónimo de internacionalização nem de mundialização. Trata-se de um fenómeno novo, resultante da capacidade de certas actividades funcionarem como uma unidade à escala planetária.

Expressões tais como 'mundialização' (dimensão geográfico – espacial de um acontecimento) e 'globalização' (expressão sinónima de holístico nos países anglo-saxões, mas diferente de 'globalismo' ou 'globalidade'), são usadas de diversas maneiras nos diferentes países e culturas. O termo 'global' contém a ideia de unidade

totalizadora e sistémica. Quando dizemos ‘empresa global’ referimo-nos à estrutura orgânica em que cada parte serve o todo, numa operacionalidade de livre mudança dos fluxos e refluxos sofridos e que tem como resultado o fortalecimento estrutural ou o risco de colapso do sistema. Nesta perspectiva sistémica dos acontecimentos globais ao nível mundial (mundialização), a comunicação está omnipresente.

A par da globalização económica, em sentido restrito, assistimos à globalização da ciência, da tecnologia, da informação e comunicação, à globalização dos meios de comunicação massiva e multimédia. Este novo sistema global que se constitui desde as redes de intercâmbio e fluxos de comunicação é, simultaneamente inclusivo e exclusivo. As fontes de produtividade e competitividade na nova economia global dependem da capacidade de gerar conhecimento e processamento eficaz da informação.

No âmbito financeiro e económico a globalização é o referencial dos processos produzidos nos intercâmbios (movimento especulativo de capitais) frente aos processos particulares de produção e de investimento (empresarial, industrial). Nesta (inter)conexão dos espaços financeiros, no mercado mundial fluido, os sistemas nacionais podem produzir rupturas. Por conseguinte, as redes de comunicação constituem os instrumentos úteis para estabelecer relações internacionais económicas e comerciais (Beck, 1998: 11-38; Mattelart, 1998: 56-70; Suárez, 2001: 24-39).

De notar que a sociedade global gera um conjunto de acções e de poder para os sistemas (empresas) no âmbito da sociedade mundial que ultrapassa as decisões dos governos, dos parlamentos e da opinião pública, pois os lugares de produção global estão separados. Nessa sociedade, a educação, a investigação, o desenvolvimento (científico, tecnológico), a inovação e as redes de comunicação têm um papel importante. É que a globalização associa-se às problemáticas da sociedade mundial, apoiando-se nas tecnologias dos diferentes planos (político, social, económico, cultural, educativo) (Beck, 1998: 37-49; Giddens, 2000: 93-109).

Vivemos quotidianamente numa sociedade de espaços fechados, pouco ou nada abertos aos interesses reais das pessoas e dos cidadãos. No entanto, as diversas formas culturais, económicas, sócio-educativas e linguísticas geram um ‘encontro’ (inter e multicultural, convivencial e de relações pessoais) (Martins, 1997: 310-315), através de redes, muitas vezes não incluídas nas políticas nacionais. A sociedade tem uma visão múltipla que implica a integração da pluralidade (unidade na diversidade) e o respeito pela unidade (identidade individual). Daí ser desejável uma afinidade entre as distintas globalizações pela pluralidade de entendimento, compreensão e mútua relação (Stiglitz, 2002: 6-21).

No plano educativo, o futuro apoia-se no conhecimento do ‘saber’ e do ‘saber fazer’, numa conversão do capital humano em força de progresso e de comunicação, constituindo-se redes de informação com um maior acesso dos utentes. Os processos e os produtos, tão importantes em educação, fundamentam-se na sociedade da informação no conhecimento e na comunicação. É a rentabilidade ou o sucesso do processo educativo que estará relacionada com a inovação e qualidade (Colom, 1997: 8-12; Touriñan, 1999 a). Neste contexto caberá à escola e ao sistema educativo preparar os educandos para a inovação, a criatividade e desempenho.

Em geral a formação actual terá que modificar-se e adaptar-se às novas necessidades e condições, pois no ambiente de globalização haverá novas formas de vida quotidiana, transacções e intercomunicações que ultrapassam as fronteiras dos estados nacionais. Os meios de comunicação social, o turismo (rural, ambiental, cultural), o consumo, o lazer e os tempos livres, a ‘internet’, etc., favorecerão as transferências culturais (indústria cultural global), as transacções de capital e de produtos, a actividade laboral, a segurança na comunidade.

Por conseguinte, a sociedade da informação está a gerar um desafio diferente à educação e aos sistemas educativos nacionais. Esse desafio tem origem nas características essenciais da sociedade digitalizada, como por exemplo a representação ‘virtual’, a capacidade de inter-acção, a simultaneidade no tempo real, o enfoque global, a participação e cooperação e a existência de uma filosofia ou pedagogia sistémica ao nível da comunicação.

2. Resíduos e efeitos dos problemas globais

Se o século dos descobrimentos é um referente da globalização, a década de 80 do século passado foi marcado pelo pensamento pós-moderno e pela interpretação funcionalista do “system theorie” da sociedade, elaborado por N. Luhman.

A globalização adquiriu na actualidade uma relevância imparável devido à pluralidade de processos dentro dos espaços sociais. U. Beck na obra “Politik der globalisierung” (1998) expõe as suas reflexões políticas e morais sobre a globalização económica. Admite que a novidade deste fenómeno e dos seus efeitos obriga-nos a ter uma censura histórica, designando os resultados desses processos como de “segunda modernidade”, distante da primeira, aquela que originou a Ilustração.

Na verdade, a pós-modernidade terminou com os grandes relatos. Contudo emergiu um outro relato oriundo da globalização. A ‘Segunda Ilustração’, no dizer de Beck, critica esse fenómeno que intenta superar. Fico perplexo se recuperaremos o velho interesse ilustrado pela universalidade, pelo saber científico ou se estamos no fim da pós-modernidade.

É verdade que a globalização trouxe novas lógicas no âmbito das comunicações, com impacto na opinião pública, na economia e na política, com o aparecimento de novas configurações no tecido social. O cenário não é um jogo de espelhos, nem uma reprodução automática. Pelo contrário, neste processo a actividade comercial adquire um papel primordial na órbita transnacional. Os cidadãos tomam consciência dos efeitos na sua vida da transnacionalidade, dos hábitos de consumo, do turismo, da informação, das relações entre capital e trabalho.

É notório que estamos invadidos pelos meios de comunicação com os problemas globais do mundo. As actuais agendas internacionais têm causado discussões acaloradas desde o “Clube de Roma”, desde as crises económicas (décadas 70 e 80), dos conflitos bélicos e nucleares, da segurança e terrorismo internacional, do tráfico de drogas, da pobreza e marginalização do desenvolvimento sustentável, da poluição e deterioração do planeta, da falta de cidadania democrática, de um falso estado de bem-estar social, etc. Também a suposta “aldeia global”, apreçada por M. McLuhan, sofreu diversas críticas dos grupos contestatários.

Toda esta exacerbação pós-moderna não nos dificulta agendar os problemas da humanidade, do meio-ambiente, do fosso entre a pobreza e a riqueza, da crescente emigração, da desestruturação da família, do papel e da situação da mulher na sociedade civil, da educação, do crescimento da violência, da fragmentação das cidades, das crises económicas, das crises dos sistemas educativos, do impacto das novas tecnologias na vida humana, do mundo da bolsa, da insegurança do cidadão, das dívidas exteriores dos países menos desenvolvidos, etc.

A fluidez destas notícias produzem reacções políticas, sociais e culturais que desestabilizam os mercados financeiros. De facto, a “agenda global crítica” a que nos referimos provocou uma tomada de posição dos “mass-média”, com os seus canais discursivos (‘commodities’ da indústria cultural, da publicidade e consumo) que influenciam os acontecimentos na opinião pública.

Atravessamos um cenário discutível de um processo tipicamente sócio-cultural: a transferência da informação sobre os problemas críticos. O aprofundar da discussão e da estruturação do debate público deu lugar a um tipo de ‘narração’ (sinergia dos discursos), mais no âmbito do imaginário social, que no da opinião pública do cidadão. Tem-se gerado um “cocktail” informativo de diversão de temas intranscendentes, banais, escandalosos, macabros e de tragédias sociais.

Esta mediatização de processos que atinge o ser humano tem a sua contextualização: o deslocamento das indústrias (informática, telecomunicações, culturais, tecnológicas) para o sector de produção nos países desenvolvidos; aceleração da convergência; fusões de vários sectores industriais com repercussões na bolsa (mercado financeiro); o aumento da ‘massa simbólica’ nas diferentes sócio-

culturas através dos fluxos de informação (assimetrias); desigualdades no acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC), a nível de equipamentos das infraestruturas básicas (luz, água e saneamento). Tudo isto implica o deslocamento discursivo da informação sobre os problemas críticos, com a respectiva mudança nos sistemas de produção.

Este panorama demonstra a importância do intercâmbio cultural que vai desde o crescimento do turismo e da globalização económica à mobilidade dos trabalhadores e das emigrações provenientes dos países pobres com as consequências respectivas: multiculturalismo, discriminações, racismo e xenofobia, cidadania de segunda, o “terceiro mundo”. É nesta sociedade regida pela racionalidade do consumo e do mercado que se estabelecem as estratégias globais e hegemónicas e que surgem regulamentações para o funcionamento da democracia.

As reacções dos cidadãos muitas vezes não se fazem esperar contra os mecanismos de comercialização dos direitos humanos (interculturalismo global) ou de transformação em efeitos das agendas sobre os problemas globais e do ser humano.

Seja qual for a nossa perspectiva de análise, o multiculturalismo, o interculturalismo (interculturalidade, a discriminação, o racismo e a entidade), o fluxo intercultural activou-se, senão vejamos. Há algumas décadas era impensável vermos pelas ruas das nossas cidades ou aldeias pessoas de outras culturas, ou a emissão diária de imagens e informações nos meios de comunicação social sobre refugiados, emigrantes, viajantes, comerciantes, etc. De facto, a interacção cultural no mundo global cresceu drasticamente (UNESCO, 1998). Além disso, a produção dos diversos fenómenos, nos processos de elaboração e transmissão simbólica da informação e imagem, as mediações das agendas globais, as relações interculturais, causam algumas problemáticas na opinião pública.

Efectivamente, a problemática do interculturalismo relacionada com a pobreza aparece nos órgãos de comunicação social sob forma de informação ou comentário, com o seu desvio ao comercial ou turístico, com géneros discursivos diversos (publicidade, ‘reality shows’, etc.).

É que a cidadania deverá ser informada sobre a constituição e desenvolvimento de pontos críticos mais importantes da cultura contemporânea através de mediações discursivas que pertencem aos verdadeiros objectivos da informação.

As transformações discursivas, as bricolages ou montagens de imagens, as explorações estéticas, a publicidade exacerbada, estas novas mediações, estes desvios de objectivos construtores da humanidade, da democracia, da cidadania, da opinião

pública fazem parte do processo de transformação sócio-cultural que atravessamos. Nelas está subjacente a estrutura da sociedade global na economia de mercado, de produção, competitividade, circulação de informação, de acesso ao poder das TICs. Estamos perante reciclagens e transformações que nos levam a pensar se estamos no “terceiro mundo” (Popper), em que os direitos à informação e à comunicação se deterioram em função de uma opinião pública, por vezes pouco constituída.

3. Da organização e participação às redes de informação.

A progressiva expansão da ideia de globalização nas redes de informação, a melhoria formativa dos profissionais da educação, a tomada de consciência do valor económico da educação e do seu valor de investimento em capital humano, relançam os sistemas educativos para outros desafios, com a convicção de que não será uma questão de novos meios e mais meios, mas de uma nova organização escolar. É que a escola tem que estar à altura dos novos tempos ajustando-se o conceito de aula ao de formação.

O desafio do ‘aprender a aprender’ ao longo da vida, numa sociedade da informação, leva-nos a pôr em questão algumas concepções do ensino, quer ao nível dos currículos e das metodologias e técnicas, quer ao nível da gestão e da organização escolar, quer ao nível dos recursos e procedimentos da educação formal nas aulas, já que estas ocupam muito tempo aos alunos e professores, provocando diferenças no rendimento escolar, principalmente nos alunos de classes sociais e culturais mais deficitárias. A educação fora da escola, os factores ambientais, convivência social e os novos meios de comunicação terão um efeito enorme sobre o rendimento dos alunos, os seus hábitos, atitudes, habilidades e valores.

Acreditamos cada vez mais que o crescimento e a qualidade da educação e do ensino depende das exigências sociais de uma educação ‘não-formal e/ou informal’, da rede de serviços comuns, do ensino à distância com a utilização da ‘internet’, etc. (Almiron, 2002).

De facto, as mudanças pedagógicas na escola e na aula estão simultaneamente relacionadas com os efeitos produzidos pela sociedade da informação. É que construção e configuração partilhada da cultura educativa através das redes de informação, será um problema por resolver no futuro no contexto comunitário europeu e dos países desenvolvidos. Contudo, as possíveis soluções terão que respeitar os direitos humanos e o direito à educação na tendência acentuada para uma maior descentralização.

O advento da sociedade de informação acarretou conceitos como os de ‘liberdade de ensino’, ‘democratização’, ‘autonomia escolar das escolas’, etc. que afectam o espaço, o tempo, a informação e a organização educativa (Touríñan, 1999

a, b). Também determinam novas propostas educativas na base do direito à educação nas sociedades democráticas desenvolvidas, que são sociedades que assumem uma forte descentralização na sua organização e administração educativa e, ainda, integram favoravelmente nos objectivos daquela sociedade da informação².

A descentralização entende-se como um fenómeno social diferente do simples processo descentralizador de funções. Ela provoca uma aproximação aos locais de influência e a uma organização horizontal de poder, com laços de interdependência coordenados pelo princípio da autonomia de decisão das políticas educativas.

Por outro lado, o conceito de 'liberdade de ensino' entende-se como a liberdade da escolha que exige uma descentralização educativa ao nível da profissionalização do sistema educativo (reivindicações), da concepção de responsabilização do professor frente à legislação da sociedade pluralista e democrática e à diferença entre direitos e liberdades. Neste sentido a democratização do ensino provocou uma organização democrática das escolas na transmissão das ideias e dos valores, identificando-se o processo de descentralização com a igualdade no sistema educativo e na participação da informação, da execução ou da tomada de decisões.

Admitimos que existe uma graduação na via de 'centralização e descentralização' susceptível de ser analisada e sistematizada desde os níveis de participação. Contudo, o importante é a unidade do sistema na sua continuidade e na necessidade formativa.

A igualdade e a participação originam o conceito de 'autonomia escolar' no âmbito da descentralização educativa, pois a autonomia relaciona-se com as finalidades da educação reforçando a distinção entre sistema educativo e sistema escolar, entre os processos de 'auto' e heteroeducação, principalmente nos processos de educação não-formal ou informal. As finalidades educativas constituem-se em variáveis ambientais no sentido da tomada de decisões técnicas, políticas e morais. No âmbito legal procura-se o reconhecimento da função substantiva de cada um dos implicados no processo educativo (família, professores, alunos, estado e sociedade), criando-se uma organização democrática e participativa.

Actualmente o direito à educação, na base da autonomia e competência das escolas, requer cumprimento e trabalho co-responsável, pois todos os implicados na educação e no ensino devem reflectir, decidir e partilhar conjuntamente os problemas e anseios. Cada alternativa de política educativa tem as suas circunstâncias específicas (sociais, económicas, culturais, históricas, etc.), muitas vezes com elementos antagónicos provocadoras do equilíbrio, como a regionalização e internacionalização, a homogeneidade e a heterogeneidade, a diversidade cultural e a equivalência internacional dos sistemas educativos, etc. O resultado equilibrado está

no pacto de desenvolvimento dos países, em que os estados estão obrigados moral e politicamente a defenderem o acesso à sociedade de informação como um direito social que levará ao desenvolvimento sustentável do ser humano pela educação.

4. A imediatização da globalização

As TIC e a sociedade do conhecimento e da informação abriram uma certa fissura entre os países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos, originando questões éticas e jurídicas, que exigem uma reformulação dos códigos éticos, jurídicos e do próprio direito internacional. A situação criada pelo desenvolvimento das tecnologias, pelo consumo, pela mobilidade dos trabalhadores, dos bens, serviços e capitais levam-nos a preocupações resultantes desse impacto no ser humano em termos de atitudes, comportamentos, valores e modos de vida.

Preparar o cidadão para este novo milénio requer uma formação educativa contínua para as exigências de participação cidadã, de actuação social, de desempenho profissional e de convivência. Certamente agirá com novos esquemas mentais, devido ao hábito diário dos novos símbolos, representações, imagens e um tipo de linguagem moldada no acesso às TIC. Este novo indivíduo, com mudanças nas suas estruturas mentais, nas atitudes e valores requer nos códigos ético-morais para agir no novo emaranhado social.

O desafio formativo no cenário da diversidade é o da inovação da qualidade para cumprir as metas, as exigências da nova sociedade científico-tecnológica, designada sociedade do conhecimento. Os estudos prospectivos sobre a formação neste novo milénio insistem na necessidade de investigar áreas de ensino, tais como: a participação e o acesso aos níveis do ensino, o acompanhamento na inserção profissional pós-licenciaturas, a colaboração com o tecido empresarial, a formação contínua, a educação à distancia e/ou 'on-line', a mobilidade dos alunos e os intercâmbios culturais, a cooperação entre as instituições (protocolos, parcerias), os programas de estudos competitivos e de línguas, a formação inicial dos professores, a formação nas novas TIC, o reconhecimento das competências; a dimensão internacional do ensino, uma análise da informação e das políticas educativas, a convergência curricular, o reforço do ensino superior e do 3º ciclo e muitas outras áreas.

A comunicação humana implica um salto no conceito de distância. A natureza do ser humano é uma natureza em expansão já que as técnicas comunicativas, em termos quantitativos e qualitativos, ampliam o horizonte do quotidiano. As novas tecnologias, o comércio digital, a 'internet', a liberalização dos mercados financeiros (bolsa), as novas economias vão imprimindo uma magnitude nas possibilidades humanas, criando novas fontes de conhecimentos num tempo de espera curto. Actualmente fazemos mais coisas em menos tempo e em diferentes

espaços, introduzindo-nos na era da sociedade da informação (revolução tecnológica).

Um dos aspectos visíveis das novas tecnologias é a sua aplicação para a comunicação em diferentes campos do saber, modificando os limites de audiência que até agora tínhamos. Assistimos a uma homogeneização da informação, circulando a informação em qualquer tipo de rede ou meio de distribuição, gerando-se uma linguagem universal e uma crescente interactividade nos utentes.

Outro aspecto importante é a convergência (económica) que expressa a integração vertical e a concentração dos elementos da cadeia em grandes empresas com capacidade para actuar globalmente. O cenário das tecnologias convergentes com as suas redes para uso exclusivo dá lugar às redes globais para utilização dos operadores na transferência de conteúdos. Por conseguinte são os conteúdos que circulam nas redes e nos circuitos digitais. Temos o exemplo dos telemóveis que melhoraram tecnologicamente nos últimos tempos.

Por outro lado as redes de comunicação constroem-se com certas condições (económicas, técnicas, pedagógicas, gestão, etc.), tendo em conta algumas linhas de acção para a educação e ensino, tais como por exemplo a:

- ⇒ Reorganização do ensino com modificações curriculares (reforma nos programas).
- ⇒ Avaliação da qualidade das instituições e do rendimento dos docentes (avaliação institucional).
- ⇒ Fórmulas de financiamento para cumprimento das exigências da qualidade do ensino/educação.
- ⇒ Aplicação dos critérios de qualidade aos projectos da escola.
- ⇒ Criação de espaços adequados à aprendizagem, ao estudo orientado e à investigação.
- ⇒ Promoção das competências e do rendimento social das instituições.
- ⇒ Fortalecimento dos mecanismos de gestão, intervenção e controlo nas instituições.

Não nos esqueçamos que o ensino é um serviço público cada vez mais aberto ao exterior, que partilha o desenvolvimento tecnológico e exige uma programação e gestão estratégica. Neste contexto a escola deverá promover a inovação e adaptar a formação às novas necessidades e condições da sociedade digital.

Em definitivo ao longo da história da humanidade os impulsos e as mudanças tecnológicas foram liderados por iniciativas privadas. Hoje em dia os Estados reagem adequadamente, numa ética da comunicação, ao desenvolvimento e integração

social. O próprio projecto E- Europe da UE intenta que os estados membros percebam as possibilidades das novas tecnologias no âmbito da responsabilização pública (na educação, na saúde, na administração pública, nos serviços aos cidadãos). A função do poder público é velar para que nenhum cidadão fique fora dos processos de mudança.

Avizinha-se uma cultura do ócio, proveniente dos avanços científico – tecnológicos, que poderá criar convulsões nas relações humanas, na produção e na competitividade, configurando-se aquela máxima de Erich From de que o cidadão deverá estar informado para ser um pouco mais livre.

5. Os professores frente às tecnologias

Se efectuarmos um diagnóstico actual à situação profissional dos professores pela Europa fora constatamos, nos diversos discursos educativos, o seguinte panorama:

- Uma grande percentagem de professores com um grande número de anos de serviço, prestes a aposentarem-se.
- Falta de horizontes e possibilidades dos professores em progredirem na carreira.
- Uma crise de identidade nos professores associada a um debate profundo da sua profissionalização e carreira docente, da revalorização da profissão, melhoria das condições e das contratações, perda de alguma legitimidade social, má relação com administração, ambiguidades nas expectativas, falta de estima social, etc.
- Uma rigidez nos sistemas educativos e na organização escolar.
- Um ensino não orientado convenientemente para as novas gerações e para a competitividade do mercado de trabalho.
- Os sistemas educativos enfrentam uma crise de renovação e de inovação nos seus recursos necessitando-se de uma onda de sangue novo, capaz de modernizar os sistemas, de adaptar-se às novas tecnologias (NTIC), às mudanças sociais e culturais, à mutação da sociedade, a produtividade e às necessidades da sociedade de informação.
- Uma ruptura no consenso social sobre o papel da escola e do professor, prevendo-se a exigência de uma revisão curricular profunda, uma maior autonomia e uma melhor gestão.
- Grande percentagem de professores que não dominam as novas tecnologias aplicadas à educação, principalmente nos países mais ao sul da Europa.

Todo este panorama desemboca no oceano da cultura, da estrutura e da organização dos sistemas educativos, de cada escola e na qualidade do ensino e da

educação em geral, daí os problemas de literacia em alguns países, em especial o nosso.

Pre vemos nos tempos próximos uma reconversão dos sistemas educativos em interconexão com a revolução científico-tecnológica e cultural em que vivemos. A reforma dos sistemas educativos, da escola e das empresas, no seu funcionamento e gestão, devem estar ao serviço dos 'clientes utilizadores' (alunos) tendo como recursos a orientação profissional, a organização horizontal flexível e o aprender a aprender para aplicar na prática (Carneiro, 1994: 120-123; Comissão de la Communauté Européenne, 1995).

O professor, como profissional, sofrerá directa ou indirectamente com estas novas situações pedagógicas, obrigando-o a preparar-se para enfrentar na aula o uso e efeito dessas novas tecnologias. As potencialidades pedagógicas das novas possibilidades de interacção (ensino interactivo e participativo), pela rede, são diferentes do potencial de intervenção do professor.

Cabe às instituições de formação inicial e contínua de professores preparar os futuros técnicos da educação para um maior conhecimento do uso das tecnologias aplicadas à educação, da comunicação adaptada às situações de ensino (aula), de modo a que possam enfrentar o desafio da qualidade (Vázquez, 1994 a: 51-57). Esse manuseamento de alternativas mais flexíveis no uso das variáveis 'espaço, tempo e informação' no período formativo do aluno levará o professor a analisar reflexivamente as modificações produzidas nas suas intervenções pedagógicas, quiçá com o objectivo de rentabilizar a utilização dos instrumentos tecnológicos na aula e na escola.

Todos sabemos que o acesso ao conhecimento e à informação é o fulcro da sociedade do conhecimento. Para aumentar a qualidade das funções educativas (o sentido da 'excelência' para o desempenho), exige-se aos agentes educativos mais competências e uma relação estável e integrada entre as diferentes etapas do processo de inovação: o nível do conhecimento científico-tecnológico, o processo de produção, de investigação e oportunidades de mercado. Isto só é possível com infra-estruturas para partilhar os recursos e as utilidades e, ainda, construir relações dinâmicas entre os utentes e ter financiamento ajustado à qualidade do ensino das instituições.

Há um conjunto de indicadores que compõem a imagem do professor (perfil) no exercício das suas funções docentes. A acção educativa impõe hoje ao professor um apetrechamento cultural e de saberes e um elevado pendor interactivo. Daí que os futuros professores terão que saber relacionar-se com os diferentes conhecimentos (amplos e específicos), com uma formação (inicial, contínua) mais alargada que lhes permitam adquirir competências de natureza comunicativa e metodológica. Para tal

as instituições de formação do ensino superior devem aumentar os processos de formação permanente que, centrados nas dinâmicas das escolas, leve os professores a reflectirem sobre os contextos (macro, meso, micro) da acção educativa, além de haver um maior acompanhamento tutorial nos primeiros anos do exercício docente e, ainda, um código deontológico da função docente semelhante a de outras profissões.

Cabe aos professores e aos educadores em geral serem os intervenientes fundamentais dessa intervenção sistémica, estabelecendo estratégias que visem estimular o desenvolvimento (relação educação / desenvolvimento) e a qualidade da educação com o uso dos TICs para os futuros desafios. Esses objectivos requerem competências básicas de todos os agentes educativos, principalmente dos professores, não só no apoio à sua formação inicial e contínua, como na introdução curricular de disciplinas que assegurem as necessidades dos alunos e dos utentes da informação.

As competências básicas ('key competencies') exigidas inserem-se nas áreas da: numeracia, literacia, matemáticas, ciências, tecnologias, línguas e TICs, com a perspectiva do aprender a aprender, da aquisição de competências sociais, espírito de inovação, de empreendimento, de cultura geral e civismo.

Concluindo: Oportunidades e Desafios

Alertei no início que não pretendia fazer uma análise profunda dos desafios que nos coloca a globalização. Reconheço que todos os desafios são significativos, se bem que podemos acrescentar uns e/ou eliminar outros. Na verdade as tendências do nosso tempo constituem desafios para as instituições sociais e, em particular, para a escola e para os agentes educativos.

A globalização é uma presença do mundo nas vidas humanas, tendo nas dimensões económica, política, cultural, de segurança (controlo social) e no ecossistema as suas bases de incerteza e desafios (mudanças, adaptações, inserções, eticidade e profissionalização).

De facto a dimensão primária da globalização é a sócio-económica, já que se trata de um processo dinâmico de incremento da liberdade e da integração mundial dos mercados de trabalho, dos bens, dos serviços, das tecnologias e dos capitais. Isto permite um maior intercâmbio, mais ampliações e acesso de oportunidades. Contudo, no dizer do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 1997) os seus efeitos (negativos) são de carácter selectivo (tudo se faz em função de interesses, dos mais fortes), produzindo desigualdades, um novo tipo de pobreza (relativa), exclusão e marginalização social, gerando instabilidade e insegurança devido à mundialização.

A Unesco promoveu uma nova consciência social sobre as desigualdades no exercício dos direitos e, especialmente, no cumprimento do direito à educação. São antecedentes a Conferência da Unesco, em 1990 (Jomtien, Tailândia), onde se propôs no âmbito da educação especializada, a implementação de uma educação para todos, configurando-se a ideia da inclusão. Mais tarde na Declaração da Conferência da Unesco, em Salamanca (1994), consolidou-se aquela ideia, assumindo os países e as organizações participantes, a promoção de sistemas educativos com uma orientação inclusiva. Deu-se uma atenção especial aos cidadãos com necessidades educativas especiais que deveriam ter acesso a um sistema pedagógico que lhes satisfizesse as suas necessidades combatendo-se, assim, as atitudes discriminatórias desde a escola e requerendo uma maior eficácia do sistema educativo.

Estava lançado internacionalmente a noção de inclusão (movimento inclusivo), constituindo esta orientação um direito de todas as crianças e cidadãos (incluindo as com necessidades educativas especiais). Deste modo a educação inclusiva passou a fazer parte das preocupações dos agentes educativos, promovendo-se iniciativas, a implementação curricular de certas disciplinas na formação inicial dos professores e em determinados ciclos de ensino, nas acções de formação contínua, nos projectos e programas de investigação educacional, publicações em revistas, assim como investigações e estudos sobre a situação sócio-educativa e cultural dos colectivos minoritários (étnias), populações em situação de exclusão social e de renovação da escola frente à globalização.

Dissemos que a globalização desenvolve e requer habilidades e estratégias cognitivas e de raciocínio para a compreensão e apreensão do meio envolvente, implicando novas formas de ensino-aprendizagem mais consistentes. Esta nova 'cidade globalizada' determina uma nova interacção da escola com a comunidade e com o mercado de trabalho. As pessoas e as instituições aprendem a realizar interacções inteligentes com o meio físico-natural, social e cultural.

O globalizar e raciocinar, num sentido amplo, implica estabelecer uma rede de relações de conhecimento/saberes, isto é, interrogar a realidade e o próprio conhecimento. Esta forma de aprender supõe uma nova forma de interacção do sujeito com o objecto de conhecimento, novos modos de conhecer, compreender, resolver problemas, tomar decisões e perceber processos. É que o conhecimento constrói-se em espiral, através de relações múltiplas com o próprio saber.

Por isso, na escola começam a detectar-se indicadores de globalização na forma organizativa das actividades. Mas não bastam os indícios. Importa a mudança, de facto, consistente e consciente e, para isso teremos que voltar aos valores, a uma educação para os valores que dignifique a pessoa humana, o seu agir e a sua participação livre na sociedade do conhecimento e da informação.

Não queríamos terminar sem expor alguns desafios que a globalização poderá impor à educação em geral e aos próprios sistemas educativos em particular.

- ⇒ A organização, o controlo e a estrutura dos sistemas educativos orientam-se à descentralização, com indicadores de organização descentralizada (horário escolar, currículos, actividades extra-escolares, a educação obrigatória mais ampla, a duração do tempo escolar, a determinação dos objectivos, a configuração das estruturas escolares em redes escolares, duração dos cursos, o carácter comum e diferenciado dos conteúdos em cada nível de ensino, as equivalências escolares, etc.) que façam frente aos desafios das redes digitalizadas da sociedade da informação..
- ⇒ As estruturas escolares apresentam uma falta de homogeneidade frente à diversidade, o que se repercute na qualidade do ensino. Se optimizamos o princípio da igualdade de oportunidades favorecemos a diversidade de oportunidades educativas na era da sociedade do conhecimento. Consequentemente a escola deixa de ser a única oportunidade educativa. Assim, a educação não formal/informal, a educação familiar devem receber um tratamento mais amplo das políticas educativas, ao nível regional e local. Haverá que desenvolver alternativas de educação contínua e processos e acções de educação não formal, de maneira a implicar a administração educativa (local) na criação de redes.
- ⇒ Resulta um tanto simplista a tentativa de transferir experiências de um país para outro, mesmo no contexto europeu. Cada alternativa de política educativa nasce de uma circunstância sócio-histórica específica, requerendo um equilíbrio entre os elementos antinómicos imprescindíveis. Na nossa modesta opinião ainda não conseguimos um resultado equilibrado, pois devemos procurar um pacto educativo, tal como propõe a Unesco, de desenvolvimento humano sustentável através da educação. Talvez um dos desafios para a administração escolar seja o desenho das infra-estruturas que permitem rentabilizar os recursos aplicados de modo qualitativo
- ⇒ As políticas educativas de expansão não podem continuar a insistir na qualidade da escola e no incremento linear de investimento pedagógico e de tempo escolar. Os desenhos das infra-estruturas escolares terão que estabelecer pontes entre os processos formais e não formais da educação.
- ⇒ O crescimento educativo na sociedade global deverá ir ao encontro das necessidades e exigências das associações educativas não formais e à criação de redes de serviços sócio-comunitários. Os próprios recursos pedagógicos da comunidade, diferentes dos do sistema educativo, necessitam de ser explorados e aproveitados para as crianças e jovens escolares. Será possível apresentar alternativas desvinculadas das variáveis espaço e tempo, no período formativo, através de redes.
- ⇒ A sociedade da informação obriga-nos a modificações globais na organização escolar e educativa. Esta tendência, ao nível europeu, está criando redes de

informação, redes académicas (institucionais) e de profissionais, a adaptação das formações, a avaliação da qualidade do ensino e a promoção e apoio às investigações educacionais. A flexibilidade do espaço e do tempo que as redes de informação proporcionam nos modos de aprendizagem leva-nos a reflectir sobre os modelos de aprendizagem que não exigem a coincidência espaço / temporal do professor e do aluno na sociedade digital.

- ⇒ As novas tecnologias digitais aplicadas à educação são ferramentas que potencializam a aprendizagem e geram esquemas organizacionais que devemos analisar e valorizar os respectivos efeitos produzidos. Reconhecemos o valor que tem a escola, mas teremos que reconhecer que ela precisa de mudanças de orientação no financiamento e autonomia

Finalmente descrevemos algumas das oportunidades e desafios da globalização no futuro imediato, considerando-a como um:

- ◆ *Fenómeno político.* A globalização deverá estabelecer uma nova relação entre o Estado e o mercado de trabalho contribuindo para desenvolver verdadeiros processos de integração (local e regional) e para um sistema de governo europeu e mundial (crises dos mercados financeiros e da bolsa)
- ◆ *Fenómeno sócio-económico.* A globalização deverá permitir a mesma oportunidade para todas as pessoas (benefícios de acesso à informação, ao desenvolvimento, à investigação, à educação, etc.). A melhor resposta a dar é converter a interdependência em solidariedade, isto é, actuar todos como responsáveis de todos.
- ◆ *Fenómeno cultural.* O acesso à informação propicia o intercâmbio cultural em dois aspectos: a homogeneização cultural com conceitos e valores da tradição ocidental e predomínio dos valores materiais e económicos (interesses individuais); e o multiculturalismo (co-existência estável entre as diferentes culturas) e pluralismo cultural que pode ameaçar as identidades culturais. Neste sentido da globalização cultural haverá que ajudar a difundir a tolerância entre as culturas e construir uma verdadeira integração intercultural.
- ◆ *Fenómeno educativo.* É bem evidente que os conhecimentos científico-técnicos e pedagógicos, gerais e especializados são cada vez mais utilizados na vida e no desempenho profissional. Ao nível curricular é exigido uma renovação pedagógica mais abrangente e uma interface na formação com a vida activa e empresarial em todo o sistema educativo. A sociedade deverá proporcionar uma aprendizagem durante toda a vida, abrangendo todos os níveis e ciclos de ensino, constituindo uma aposta de investimento no ensino e na formação especializada, mesmo que implique mais despesa pública nos recursos humanos, nas empresas e no investimento individual. A escola poderá ser um espaço de aprendizagem aberto, utilizando os TIC, de modo a incrementar competências necessárias ao mercado de trabalho.

O sistema educativo actual produz um conhecimento inerte ou pouco aplicativo, isto é, gera conhecimentos de usar e tirar fora, que serve apenas para ir superando etapas educativas (níveis de formação), obstáculos de actualização até à titulação ou acreditação de posse de 'saberes' pouco úteis ao mercado de trabalho. O modelo de pedagogia transmissora de saberes leva a que haja um absentismo ou abandono escolar e índices de literacia, já que o aluno constitui-se num reprodutor dos conteúdos cognitivos e sociais que o professor, os materiais de apoio e a escola impõe. Há um déficit de linguagem do pensamento na realidade quotidiana das aulas. Termos como 'pensar', 'deduzir', 'raciocinar', 'ajuizar', 'reflectir', 'innovar, entre muitos outros, não constam na 'ementa' da escola. Neste sentido compreendemos muitos dos actuais fenómenos educativos que surgem na imprensa diária sobre o domínio de conhecimentos que muitos alunos possuem.

Notas

1. Em Novembro de 1995 a Comissão das Comunidades Europeias – Comissão de Educação, Formação e Juventude apresenta o Relatório com o título '*Ensinar e aprender para uma sociedade cognitiva*' (Comissão n.º 12, presidida por Madame Cresson) onde se interroga pelo valor educativo da inversão em capital humano e do valor económico da educação em momentos de crise social e económica. Este tema da 'sociedade cognitiva' tinha sido muito tratado nas publicações pedagógicas, desde a década de 80 (Gustord, E.Faure, Reboul, T. Husén, Botkin, etc.).
2. Em meados dos anos 70 apareceram várias obras pedagógicas que influenciaram o pensamento educativo dos finais do século XX, destacando-se as de E. Morin, O. Reboul, G. Gusdorf, etc. Nelas os autores dão relevo à importância de esses conceitos para construir políticas educativas adequadas às sociedades democráticas que valorizem o 'direito à educação' e da 'pessoa'.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

AA. VV. (1993). *Comunicación, tecnología y diseños de instrucción. La construcción del conocimiento escolar y el uso de los ordenadores*. Madrid: Ministerio de Educación – CIDE.

AA. VV. (1994). *Educación y nuevas tecnologías*. Murcia: Caja de Murcia.

ALMIRON, Nuria (2002). *Los años de la globalización. Internet y poder en la era da información*. Barcelona: Plaza & Jané Ed.

- BARATA, J. P. (1992). 'Sociedade de informação, sociedade da educação'. *Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 1, pp. 29-40.
- BECK, U. (1998). *Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Buenos Aires: Paidós.
- BORJA, J. y CASTELLS, M. (1999). *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*, (3.ª ed.). Madrid: Taurus.
- CARNEIRO, Roberto (1994). 'Educação: conservação ou mudança?'. *Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 7, pp. 117-126.
- CASTELLS, M. (2000). *La era de la información. Vol.1– La sociedad red*. Madrid: Alianza Ed.
- COLOM [CAÑELLAS], A. J. (1997). 'La regionalización de la educación como tecnología cognitiva virtual'. *Revista de Teoría de la Educación*, n.º 9, pp. 7-19.
- COLOM [CAÑELLAS], A. J. (1998). 'Internacionalismo pedagógico, pedagogias de baixa densidade e educação europeia'. *Revista Educare/Educere*, Ano IV, n.º 4 (Junho), pp. 19-30.
- COMMISSION DE LA COMMUNAUTÈ EUROPÈENNE (1995). *Enseigner et apprendre. Vers la société cognitive*. Bruxelles: Commission de la Communauté Européenne.
- FUKUYAMA, F. (1992). *El fin de la historia y el último hombre*. Barcelona: Ed: Planeta.
- FULLAN, M. (1993). *Changes forces*. London: The Falmer Press.
- ELLIOT, J. (1993). *Reconstructing teacher education*. London: The Farmer Press.
- GIDDENS, A. (2000). *Un mundo desbocado*. Madrid: Taurus.
- HARGREAVES, A. & FULLAN, M. G. (1992). *Understanding. Teacher development*. N. York: Teachers College Press.
- KING, A. y SCHNEIDER, B. (1991). *La primera revolución mundial*. Madrid: Plaza y Janés.

MARTINS, Ernesto C. (1997). 'A educação intercultural e a formação dos professores na perspectiva da Europa Unida'. *Revista Educare/Educere*, Ano II – N.º Especial, pp. 301-318.

MATTELART, A. (1998). *La mundialización de la comunicación*. Buenos Aires: Paidós.

OLIVEIRA MARTINS, G. (1992). 'Europa: unidade e diversidade, educação e cidadania'. In *Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 1, pp. 41-60.

PERKINS, D. (1997). *La escuela inteligente. Del adiestramiento de la memoria, a la educación de la mente*. Barcelona: Gedisa.

REICH, R. B. (1991). 'Preparing students for tomorrow's'. In S.B. Bacharach, *Educational reform making self sense of it all* (pp. 194-212). Massachusetts: Simon & Schuster

ROSENHOLTZ, S. (1991). *Teacher, workplace*. N. York: Teachers College Record Press.

STIGLITZ, J. (2002). *El malestar en la globalización*. Madrid: Santillana / Ed. Taurus.

TERCEIRO, J. B. (1996). *Sociedad digit@l. Del homo-sapiens al homo-videns*. Madrid: Alianza Ed.

TOURIÑAN, J. M. (1997) 'Directrices comunitarias de la educación universitaria: crisis de la institución y estrategias de innovación'. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxia e Educación*, 1, n.º 1, pp. 9-33.

TOURIÑAN, J. M. (1999 a). 'Globalización, desarrollo y políticas regionales de IDT.' In *Actas del Seminario Internacional sobre Cooperación al Desarrollo*. Murcia: Caja Murcia.

TOURIÑAN, J. M. (1999 b). 'Fines, valores, sistemas educativos y redes. Problemas de diversidad desde la perspectiva de la sociedad de la información'. In AA. VV., *Interculturalidad y educación para el desarrollo*, (pp. 39-69). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

TRUBEK, D. M. (1998). *The future of international education*. Madison: University of Wisconsin-Madison.

VÁZQUEZ, Gonzalo (1993). 'Inteligencia, tecnología y escuela en la sociedad postindustrial'. In AA. VV., *Comunicación, tecnología y diseños de instrucción. La construcción del conocimiento escolar y el uso de los ordenadores*, (pp. 207-252). Madrid: Ministerio de Educación – CIDE.

VÁZQUEZ, Gonzalo (1994 a). 'El profesor del futuro y las nuevas tecnologías'. In AA. VV., *Educación y nuevas tecnologías*, (pp. 47-61). Murcia: Caja Murcia.

VÁZQUEZ, Gonzalo (1994 b). 'Tecnologías avanzadas y educación'. In AA. VV., *Teoría de la Educación*, (pp. 300-323). Madrid: Taurus.

VIZCARRO, C. y LEÓN, J. A. (1998). *Nuevas tecnologías para el aprendizaje*. Madrid: Pirámide.

WALLACH, L. & SFORZA, M. (1999). *The Wto Corporate Globalization and the erosion of democracy*. Washington: Public Citizen